



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO FELIZ

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 162/2026 EDITAL DE LICITAÇÃO - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2026

**REGISTRO DE PREÇOS PARA  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE  
TRANSPORTE ESCOLAR (REDE  
MUNICIPAL E ESTADUAL) E TRANSPORTE  
ADMINISTRATIVO SOB DEMANDA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO  
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**

**TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM  
MODO DE DISPUTA: Aberto  
DA SESSÃO VIRTUAL DO PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS:  
DIA: 27 de abril de 2026  
HORÁRIO: 09 HORAS E 30 MINUTOS (horário de Brasília/DF)  
ENDEREÇO VIRTUAL: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)  
ENVIO DE PROPOSTAS: Até às 09 horas e 29 minutos, do dia 27 de abril de 2026**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO FELIZ, Senhor ROBES SCHNEIDER, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo menor preço por item, objetivando o Registro de Preços para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR (REDE MUNICIPAL E ESTADUAL) E TRANSPORTE ADMINISTRATIVO SOB DEMANDA, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e em atendimento à Nova Lei de Licitações, Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações.**

O presente edital e seus anexos poderão ser acessados pelos interessados nos sites [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) e [www.altofeliz.rs.gov.br/licitacoes](http://www.altofeliz.rs.gov.br/licitacoes).

A coordenação do Pregão Eletrônico estará a cargo de Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio, a serem designados por ato formal da autoridade competente.

O Pregoeiro(a) e sua Equipe de Apoio realizarão o certame no sítio eletrônico do Portal de Compras Públicas, por meio do endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), no dia 27 de abril de 2026, às 09h30min, podendo as propostas serem enviadas até às 09h29min do mesmo dia, sendo que todas as referências de tempo observarão o horário de Brasília.

#### **1. OBJETO**

**1.1. O Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa(s) para a prestação de serviços de transporte, conforme as necessidades do Município de Alto Feliz, divididos em:**

**1.1.1. Transporte Escolar:** Destinado aos alunos da educação básica das redes municipal e estadual, com rotas e horários definidos pela Secretaria de Educação.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO FELIZ

**1.1.2. Transporte Administrativo (Item 25):** Destinado ao atendimento de demandas diversas das Secretarias Municipais, realizado por veículo de passeio (mínimo 5 lugares), sem rota ou horário fixo, com faturamento por quilometragem efetivamente percorrida.

**1.2.** O valor unitário estimado de cada item, bem como a descrição completa, está detalhado no Termo de Referência, sendo julgamento por menor preço por item.

**Observação 1:** O quantitativo de quilômetros informado na planilha e no Termo de Referência constitui **mera estimativa da quilometragem** dos trajetos a serem percorridos, podendo haver variações conforme o calendário escolar oficial. A execução ocorrerá de acordo com a necessidade do Município de Alto Feliz, sendo objeto de faturamento e pagamento **apenas a quilometragem efetivamente percorrida**.

---

## 2 DO CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

---

**2.1.** Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

**2.2.** As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

**2.3.** É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

a) Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

b) Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

c) Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

d) Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

e) Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

---

## 3 DO ENVIO DAS PROPOSTAS

---

**3.1.** As propostas deverão ser enviadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando o item 4 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

**3.2.** O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

**3.3.** O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei.

**3.4.** Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO FELIZ

**3.5.** O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, **se for o caso**, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, como condição para aplicação do disposto neste edital.

**3.6.** Declaração de observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**3.7.** Que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**3.8.** Outros eventuais documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

---

### 4 DA PROPOSTA

---

**4.1.** O prazo de validade da proposta será de **60 dias**, a contar da data de abertura da sessão pública do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

**4.2.** Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, e anexar a proposta, conforme modelo do **ANEXO I**, com a indicação dos valores unitários e total, englobando custos, bem como a tributação e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

**4.3.** Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.

**4.4.** Em sendo a proponente, **vencedora da licitação**, a mesma deverá encaminhar no prazo de (02) duas horas, por meio do sistema eletrônico, **proposta atualizada de valores devidamente assinadas**.

---

### 5 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

---

**5.1.** Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, no prazo de 02 (duas) horas, contadas da classificação.

#### 5.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) comprovante de inscrição no **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)**;
- d) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO FELIZ**

### **5.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO FELIZ

- a) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, se houver, e obrigatoriamente a Certidão de Inscrição Municipal ou Alvará Municipal de Localização, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS): Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Órgão da Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ou pelo site, dentro do prazo de validade;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede da Licitante;
- e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

### 5.1.3. DECLARAÇÃO CONJUNTA

- a) Declaração que atende aos requisitos de habilitação, e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei; **(Anexo II)**
- b) Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; **(Anexo II)**
- c) Declaração que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas; **(Anexo II)**
- d) Declaração que não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, atendendo ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; **(Anexo II)**

### 5.1.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

- a) certidão **Negativa de Falência**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física/jurídica, com data de expedição **não superior a 90 (noventa) dias**.

### 5.1.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Declaração que a empresa, sendo declarada vencedora, apresentará no prazo de assinatura da Ata de Registro de Preços, os documentos relacionados no subitem 15.1.2, conforme previstos no subitem 15.1.3;
- b) Planilha de custos, conforme modelo Anexo VI, deste edital;
- c) Declaração que conhece o trajeto, conforme modelo Anexo VII deste edital.

**5.2.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO FELIZ

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**5.3.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**5.4.** Todas as declarações de que tratam as alíneas acima deverão ser devidamente assinadas pelo sócio da empresa, ou seu representante legal ou procurador, desde que seja anexada a respectiva procuração que outorgue poderes específicos para o ato.

**5.5.** O Pregoeiro(a) irá verificar junto ao setor de Tributos do município de Alto Feliz, se a empresa licitante, não possui débitos com o Município. Caso esteja em débitos com o município de Alto Feliz, será considerada inabilitada.

**5.6.** Após a verificação da documentação de habilitação, o Pregoeiro(a) verificará a eventual existência da sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros informatizados, conforme Artigo 91, § 4º da Lei Federal 14.133/2021 e alterações:

5.6.1. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis); aferido através do link: <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>

## 6 DAS VEDAÇÕES

**6.1.** Não poderão disputar licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

**6.1.1.** O impedimento de que trata a alínea “a” do item 6.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO FELIZ**

**6.2.** Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

---

### **7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

---

**7.1.** No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

**7.2.** O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 2.3. deste Edital.

**7.3.** A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

**7.4.** Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

---

### **8 DA CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

---

**8.1.** O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

**8.2.** Serão desclassificadas as propostas que:

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

**8.3.** A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

**8.4.** Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

**8.5.** As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

**8.6.** Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

**8.7.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO FELIZ

- a) O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.
- b) O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- c) Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- d) **Os lances deverão ser efetuados, obrigatoriamente, no valor de cada item, sendo a diferença mínima entre lances de R\$ 0,05 (cinco centavos)**

**8.8.** Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado;

**8.9.** Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos **5% (cinco por cento)**, a Administração, a critério, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**8.10.** A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

---

## 9. MODO DE DISPUTA

---

**9.1.** Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 7.

**9.2.** A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, **durará 10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**9.2.1.** A prorrogação automática da etapa de envio de lances será **de dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

**9.3.** Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

**9.3.1.** Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

**9.4.** Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**9.4.1.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Alto Feliz/RS.

---

## 10. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

---

**10.1.** Encerrada a etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que tratam os itens 3.3 e 3.4 deste Edital;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO FELIZ

**10.2.** Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

**10.2.1.** Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 05 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 10.1, deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

**10.3.** O disposto no item 10.2, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

**10.4.** Se não houver licitante que atenda ao item 10.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**10.5.** Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

## **11. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO**

**11.1.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

**11.2.** Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

**11.3.** Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO FELIZ

### 12 DA VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

**12.1.** Os documentos de habilitação, de que tratam o item 5, serão examinados pelo pregoeiro, e equipe de apoio.

**12.2.** As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

**12.3.** A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

**12.4.** A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.3 e 3.4 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em **5 (cinco) dias úteis**, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

**12.5.** Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

**12.6.** Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

### 13 DOS RECURSOS

**13.1.** Qualquer empresa licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, cujo o prazo será de **10 (dez) minutos** após a abertura do prazo no sistema eletrônico, pelo Pregoeiro(a).

**13.1.1.** Tendo a licitante manifestado a intenção, lhe será concedido o prazo **de 03 (três) dias úteis**, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação.

**13.2.** O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

**13.3.** Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 13.1.1. do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- b) a apreciação dar-se-á em fase única.

**13.4.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**,



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO FELIZ

encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo **máximo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

**13.5.** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

**13.6.** O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

---

### 14 DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

---

**14.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

---

### 15 DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

---

**15.1.** Homologado o resultado da licitação, respeitada a ordem de classificação, o Município convocará o(s) proponente(s) classificado(s) para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, assinar a Ata de Registro de Preços, com observância dos artigos 82 a 86 da Lei 14.133/21.

**15.1.1.** O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**15.1.2. No momento da assinatura da Ata de Registro de Preços a empresa vencedora deverá apresentar a seguinte documentação:**

**a) Autorização dos veículos para transporte coletivo de escolares, emitida pelo órgão ou entidade reguladora de trânsito dos Estados ou Distrito Federal, conforme art. 136, CTB.**

**b) Comprovante de vínculo dos condutores com a licitante, dispensado no caso em que o condutor seja sócio proprietário.**

**c) Cópia do documento de Identidade ou outro que comprove que os condutores são maiores de vinte e um anos de idade.**

**d) Cópia de carteira nacional de habilitação ou documento equivalente, que comprove a habilitação do condutor na categoria "D".**

**e) Documento que comprove não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos doze meses.**

**f) Certificação de aprovação em curso especializado, nos termos da regulação do CONTRAN.**

**g) Certidão negativa, dos condutores, de registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos, junto ao órgão responsável pela respectiva concessão ou autorização, emitida pelo Poder Judiciário**

**h) Declaração da licitante informando o(s) veículo(s) reserva destinado(s) à substituição imediata de qualquer veículo vinculado às linhas contratadas, em caso de pane, manutenção ou outro impedimento de circulação, podendo o veículo reserva atender indistintamente a qualquer linha, desde que atenda integralmente às exigências legais, técnicas e de segurança previstas no**



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO FELIZ**

*Código de Trânsito Brasileiro, nas normas do CONTRAN e nas disposições deste edital, inclusive quanto à autorização do órgão de trânsito competente.*

**15.1.3.** Os documentos de que trata o item 15.1.2 deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada em cartório, no endereço a seguir: Prefeitura Municipal de Alto Feliz, Rua Eugênio Kuhn, 300 – Centro Alto Feliz. CEP.: 95773-000. A/C: Setor de Compras e Licitações, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Ata de Registro de Preços.

**15.2.** Se dentro do prazo a convocada não assinar a ata de registro de preços ou não apresentar os documentos relacionados no item 15.1.2, a Administração convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata de registro de preços, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços atualizados pelo critério previsto neste Edital, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação das penalidades prevista neste Edital.

**15.3.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

**15.4 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. No caso de prorrogação da vigência, as quantidades registradas poderão ser renovadas em sua totalidade, desde que comprovada a vantajosidade e mantidas as demais condições do edital e da ata.**

**15.4.1.** A renovação dos quantitativos prevista no item anterior fica condicionada a:

- a) Comprovação da vantajosidade econômica através de pesquisa atualizada de mercado;*
- b) Manifestação de interesse da Administração e aceite do fornecedor registrado;*
- c) Existência de previsão de recursos orçamentários para o novo período;*
- d) Assinatura do termo de prorrogação dentro do prazo de vigência da ata original*

15.5. A Ata de Registro de Preços servirá para eventual e futura contratação pelo Município de Alto Feliz que poderá realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

15.6. O prestador poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, se o preço de mercado se torna superior ao registrado ou por outro motivo superveniente, devendo apresentar documentação comprobatória. Nessa hipótese, havendo aprovação para o cancelamento do registro, não se aplicará penalidade.

15.7. Cancelado o registro, nos termos do subitem 15.6, o Município poderá convocar os demais prestadores, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

15.8. O fornecimento do objeto, será conforme as necessidades da Administração, mediante emissão de autorização de fornecimento.

15.9. A licitante deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, decorrente da presente licitação, as condições de habilitação consignadas neste Edital e em seus anexos, sob pena de suspensão e/ou rescisão contratual.

**15.10.** A empresa vencedora deverá atender às especificações de veículos previstas no Termo de Referência, especialmente quanto à capacidade mínima e ano de fabricação, conforme segue:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO FELIZ

- a) Os itens 2, 6, 12, 15, 20, 24 e 28 deverão ser atendidos por micro-ônibus, com capacidade mínima de 28 (vinte e oito) lugares e ano de fabricação igual ou posterior a 2002;
- b) Os itens 4, 5, 7, 9, 13, 14, 16, 17, 19, 22, 25, 26 e 27 deverão ser atendidos por van, com capacidade mínima de 16 (dezesesseis) lugares e ano de fabricação igual ou posterior a 2002;
- c) Os itens 1 e 10 deverão ser atendidos por ônibus, com capacidade mínima de 42 (quarenta e dois) lugares, adaptado para cadeirantes, e ano de fabricação igual ou posterior a 2002;
- d) Os itens 3, 21 e 23 deverão ser atendidos por ônibus, com capacidade mínima de 48 (quarenta e oito) lugares e ano de fabricação igual ou posterior a 2002;
- e) O item 25 poderá ser utilizado por todas as Secretarias participantes do edital.

---

### 16 DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

---

**16.1.** Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso I do art. 124 da Lei nº 14.133/2021 e alterações ou de redução dos preços praticados no mercado.

**16.1.2.** Mesmo se comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea “d” do inciso I do art. 124 da Lei nº 14.133/2021 e alterações, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

**16.1.3.** Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e definido o novo preço máximo a ser pago pela **CONTRATANTE**, o proponente registrado será convocado pela **CONTRATANTE** para a devida alteração do valor registrado em Ata.

---

### 17 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO PROPONENTE

---

**17.1** O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços.
- b) Não retirar o pedido, a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de esse se tornar superior àqueles praticados no mercado.
- d) Estiverem presentes razões de interesse público.
- e) Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.
- f) Quando for caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes.
- g) Por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor, nos termos do item 17.5, por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados.

**17.2.** Em qualquer das hipóteses do item 17.1, concluído o processo, a **CONTRATANTE** fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará às proponentes a nova ordem de registro.

**17.3.** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO FELIZ**

**17.4.** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

**17.5.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- b) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

17.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

---

## **18 DO CANCELAMENTO AUTOMÁTICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

---

**18.1.** Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação será cancelada automaticamente:

- a) Por decurso de prazo de vigência.
- b) Quando não restarem fornecedores registrados.

---

## **19 DA FISCALIZAÇÃO**

---

**19.1.** A Prefeitura, fiscalizará a execução dos serviços, solicitando à CONTRATADA, sempre que achar conveniente, informações do seu andamento.

**19.2.** No desempenho de suas atividades, é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

**19.3.** A ação ou omissão total ou parcial do órgão fiscalizador não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de executar o objeto com toda cautela e boa técnica.

**19.4.** Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle do cumprimento de cada uma das etapas da ata, em especial quanto à quantidade e qualidade dos serviços, fazendo cumprir a lei e as disposições do presente edital.

**19.5.** Verificada a ocorrência de irregularidade no cumprimento da ata, a fiscalização tomará as providências legais e contratuais cabíveis, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas na presente ata e na lei Federal n.º 14.133/2021 e alterações.

---

## **20 DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO DA EQUAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA**

---

**20.1** Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

- a) Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;
- c) Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

**20.2** Quando o preço de mercado se tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO FELIZ

a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de fornecimento;

b) Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

**20.3** Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**20.4** Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

**20.5** A revisão poderá ocorrer somente após 120 (cento e vinte) dias da formalização da presente ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, e majoração de seus encargos.

**20.6** Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

**20.7.** Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência não supera o prazo de um ano.

20.8. Não será concedida a revisão quando:

- a) Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;
- b) O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da Ata;
- c) Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;
- d) A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

**20.9.** Em todo o caso, a revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, precedida de análise pela Prefeitura Municipal de Alto Feliz, e não poderá exceder o preço praticado no mercado.

---

## 21 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

---

21.1. O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

21.2. Pela Administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

- a) Não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;
- b) Não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;
- d) Incorrer em inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO FELIZ

21.3. Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços:

- 21.3.1. A solicitação de cancelamento pelo fornecedor deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação e decisão da Administração.

21.4. O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.

- 21.4.1. O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular.

21.5. Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores mediante o envio de correspondência com aviso de recebimento.

- 21.5.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

---

## 22 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

---

**22.1.** Os pagamentos serão realizados contra empenho, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da fatura, com ateste da secretaria solicitante, e atendidas todas as condições do edital e cláusulas contratuais.

**22.2.** O contratado, quando do faturamento dos bens, deverá observar o disposto no art. 64 da Lei Federal nº 9.430/1996, assim como a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012 no que se refere ao Imposto de Renda e o Decreto Municipal nº 1.837/2022.

**22.3.** O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação.

**22.4.** Serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da Lei.

**22.5.** Nos preços ofertados pela Contratada estão inclusos todos os custos diretos e indiretos sobre o objeto licitado, isentando a Contratante de quaisquer ônus adicionais.

**22.6.** Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão atualizados monetariamente pelo IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, acrescido de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata die*, até o efetivo pagamento.

---

## 23 DA EXECUÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

---

23.1. A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) realizar os serviços de acordo com as regras deste edital, especificamente o Termo de Referência, anexo deste edital, pelo prazo de vigência do Ata.

23.2. Verificada a desconformidade de algum dos serviços, a licitante vencedora deverá promover a imediata correção, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

23.3. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue após a realização do serviço.

**23.4** São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Efetuar o devido pagamento à **CONTRATADA**, conforme definido neste contrato.
- b) Assegurar à **CONTRATADA** as condições necessárias à regular execução do contrato.
- c) Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e neste contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO FELIZ

d) Designar servidor pertencente ao quadro para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto.

### 23.5. São obrigações da **CONTRATADA**:

a) Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do termo de referência e deste contrato, bem como nos termos da sua proposta.

b) Responsabilizar-se pela integralidade dos ônus, dos tributos, dos emolumentos, dos honorários e das despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos empregados que utilizar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.

c) Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).

d) Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

e) Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à **CONTRATADA** o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI) e quaisquer outros insumos necessários à prestação dos serviços.

f) Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários ao **CONTRATANTE** e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado.

g) Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, os serviços em que for verificado vício, defeito ou incorreção resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado.

h) Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação, salvo expressa autorização do **CONTRATANTE**.

i) Cumprir rigorosamente os trajetos, horários e itinerários estabelecidos pelo Município, conforme definido no Termo de Referência.

j) Manter os veículos utilizados na prestação dos serviços em perfeitas condições de uso, conservação e segurança, atendendo à legislação de trânsito vigente.

k) Disponibilizar motoristas devidamente habilitados e capacitados, conforme exigências legais aplicáveis ao transporte escolar.

l) Substituir imediatamente veículos ou motoristas que não atendam às condições exigidas ou que apresentem irregularidades na execução dos serviços.

m) Responsabilizar-se pela segurança dos usuários durante a execução dos serviços.

## 24 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO FELIZ

- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

24.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 24.1 deste edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

24.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 24.2 do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

24.4 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 24.2 do presente Edital.

24.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada se houver, ou será cobrada judicialmente.

24.6. A aplicação das sanções previstas no item 24.2 deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

24.7. Na aplicação da sanção prevista no item 24.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

24.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 24.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

24.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

24.10 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO FELIZ

24.11 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

24.12 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

24.13 A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 24.1 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

---

## 25. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

25.6. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até **(03) três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública**, por meio do seguinte endereço eletrônico: [compras@altofeliz.rs.gov.br](mailto:compras@altofeliz.rs.gov.br) ou pelo site: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

25.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no sítio eletrônico da Administração [www.altofeliz.rs.gov.br](http://www.altofeliz.rs.gov.br) e no site: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

---

## 26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.6. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021 e alterações, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

26.7. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

26.8. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto do presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021 e alterações.

26.9. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as seguintes disposições:

- a) os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo;
- b) os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data;
- c) nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo no órgão ou entidade competente.

26.10. Fica eleito o Foro da Comarca de Feliz/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO FELIZ

privilegiado que seja.

26.11. Integram este edital os seguintes anexos:

**ANEXO I** – Modelo de Formulário padrão de Proposta;

**ANEXO II** – Modelo de Declaração Conjunta

**ANEXO III** – Termo de Referência;

**ANEXO IV** – Minuta de Ata de Registro de Preços;

**ANEXO V** – Planilha de Custos.

**Anexo VI** – Declaração que Conhece o Trajeto.

### 27. DAS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

27.6. Os interessados poderão obter informações complementares e esclarecimentos sobre o presente edital, na Prefeitura Municipal de Alto Feliz, à Rua Eugênio Kuhn, 300, Centro, de segunda-feira a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13 horas às 17 horas, ou pelo e-mail: [compras@altofeliz.rs.gov.br](mailto:compras@altofeliz.rs.gov.br) ou pelo fone/whats (51)3445-2704.

27.7. E para que ninguém alegue desconhecimento do presente edital, é o mesmo publicado nos sites <http://www.portaldecompraspublicas.com.br> e <http://www.altofeliz.rs.gov.br>, bem como seu extrato publicado no Diário Oficial da FAMURS, sendo este, denominado, Imprensa Oficial do Município.

Alto Feliz – RS, 08 de abril de 2026.

**Robes Schneider,**  
Prefeito Municipal

Daniel Nienov  
Assessor Jurídico  
OAB/RS nº 51.413



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO FELIZ**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 162/2026**  
**EDITAL DE LICITAÇÃO - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE**  
**PREÇOS Nº 014/2026**

**ANEXO I**

**MODELO DE FORMULÁRIO PADRÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

Empresa \_\_\_\_\_  
Endereço \_\_\_\_\_  
CNPJ/MF/Nº \_\_\_\_\_ Insc. Estadual: \_\_\_\_\_  
Fone: \_\_\_\_\_  
E-mail: \_\_\_\_\_  
Data da abertura: 27/04/2026 Horário: 09:30

Declaramo-nos de pleno acordo com os termos e condições do Edital na modalidade **Pregão Eletrônico – Registro de Preços Nº 014/2026**, referente a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR (REDE MUNICIPAL E ESTADUAL) E TRANSPORTE ADMINISTRATIVO SOB DEMANDA**, em atendimento à Nova Lei de Licitações, Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações, conforme estabelecido no Edital, especificamente no Termo de Referência e conforme abaixo especificado:

| Item | Linha | Horário: | Descrição do Trajeto  | Valor Un | Valor Total |
|------|-------|----------|---|----------|-------------|
| 1    | 1     | 6h15     | Alto Feliz x Morro Gaúcho (pela estrada São Pedro) x Santo Antônio x Morro Gaúcho x Arroio Alegre (pela estrada Morro Gaúcho) x Canto Schütz x Centro (Escolas) - <b>32 km dia</b>  | R\$      | R\$         |
| 2    | 2     | 6h15     | Alto Feliz x Morro das Batatas( Granja Nienow) volta pela estrada principal x Rua João Freiburger x Arroio Feliz (manobrador Cristiano Flach) x Canto Dewes x Júlio de Castilhos x Centro (Escolas) – <b>25 km dia</b>  | R\$      | R\$         |
| 3    | 3     | 6h15     | Alto Feliz x São Pedro até a divisa (pela estrada Júlio de Castilhos até a estrada de Sete Colônias) x Sete Colônias (pela estrada Sete Colônias) x Arroio Jaguar (pela estrada Arroio Jaguar, estrada Canto Canela e pela estrada da Igreja) x Cristiano Tempass x Centro (Escolas) – <b>34 km dia</b> | R\$      | R\$         |
| 4    | 4     | 6h15     | Alto Feliz x Morro Capim (pela estrada Morro Capim) Santo Ant. Baixo (pela estrada Santo Ant. Baixo) x São Pedro (pela estrada Júlio de Castilhos) x Centro (Escolas) - <b>28 km dia</b>  | R\$      | R\$         |
| 5    | 5     | 6h30     | Alto Feliz x Vale do Mel (Estrada Vale do Mel) x Rua Pedro Fetter x Morada da Montanha x Nova Alemanha 1 e 2 x Centro (Escolas)) - <b>16 km dia</b>   | R\$      | R\$         |
| 6    | 6     | 7h       | Alto Feliz x Morro Belo (pela estrada Morro Belo) x Centro - <b>10,5 km dia</b>   | R\$      | R\$         |



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO FELIZ

|    |        |       |   |     |     |
|----|--------|-------|---|-----|-----|
| 7  | 7      | 6h    | Interior do Morro Gaúcho x Santo Antônio Alto x Morro Capim - <b>18km dia</b>   | R\$ | R\$ |
| 8  | 9 e 14 | 11h30 | Interior Morro Gaúcho x Morro Capim x Santo Antônio x Morro gaúcho (igreja) x Interior de Morro Gaúcho - <b>25km dia</b>  | R\$ | R\$ |
| 9  | 10     | 11h30 | Alto Feliz x Morada da Montanha (pela Rua Pedro Talheimer, Rua Miguel Kunrath x Rua Bruno Schneider x Escola Assunção x Gustavo Weissheimer) x Bairro São José x Morro Belo (pela estrada Morro Belo) x Centro (escola) - <b>35 km dia</b>  | R\$ | R\$ |
| 10 | 12     | 11h30 | Alto Feliz (escolas) x (pela Rua Pedro Talheimer, Rua Bruno Schneider x Escola Assunção) x Morro das Batatas (pela Rua João Freiberger e estrada Morro das Batatas e volta na estrada principal da Granja Nienov) x Arroio Feliz (pela estrada Júlio de Castilhos até o manobrador Janir Boeni) x Canto Dewes x Júlio de Castilhos x Escola Assunção - <b>25 km dia</b> | R\$ | R\$ |
| 11 | 13     | 11h30 | Alto Feliz x Nova Alemanha 1 e 2 x Centro - <b>33km dia</b>   | R\$ | R\$ |
| 12 | 15     | 11h30 | Alto Feliz x Arroio Alegre x Morro Gaúcho x Alto Feliz(centro) - <b>32 km dia</b>   | R\$ | R\$ |
| 13 | 16     | 12h   | Alto Feliz x Vale do Mel x Morro Capim x São Pedro x Santo Antônio Baixo x Alto Feliz - <b>32 Km</b>  | R\$ | R\$ |
| 14 | 17     | 17h   | Morro Capim x Santo Antônio x Morro Gaúcho (Igreja) x Interior de Morro Gaúcho – <b>32 km dia</b>   | R\$ | R\$ |
| 15 | 19     | 17h15 | Alto Feliz x Escola Assunção x Gustavo Wheissheimer x Estrada Morro Gaúcho x Arthur Kayser x Julio de Castilhos x Morro Belo x Centro (Escola) - <b>14 km dia</b>   | R\$ | R\$ |
| 16 | 20     | 17h15 | Alto Feliz x Morro das Batatas (Granja Nienow) x volta pelo Morro das Batatas x Centro. Alto Feliz - Rua João Freiberger x Arroio Feliz x Canto Dewes x Rua Júlio de Castilhos ( até o manobrador Janir Boeni) x Centro – <b>25 Km dia</b>  | R\$ | R\$ |
| 17 | 21     | 17h15 | Alto Feliz x Fridolino Jotz x Arroio Jaguar (pela estrada Arroio Jaguar e estrada da Igreja, estrada Canto Canela) x Sete Colônias (pela estrada Sete Colônias) x São Pedro (pela estrada Julio de Castilhos até a divisa) x Centro (Escola) – <b>34 km dia</b>   | R\$ | R\$ |
| 18 | 22     | 17h15 | Alto Feliz x Morro Capim (Estrada Morro Capim) Vale do Mel x Santo Antônio Baixo x Centro – <b>31 km dia</b>  | R\$ | R\$ |
| 19 | 23     | 17h15 | Alto Feliz x São Pedro (pela estrada Júlio de Castilhos até a divisa) x Santo Antônio Alto (pela estrada Sant. Alto) x Morro Gaúcho (pela estrada Morro Gaúcho) x Canto Schütz x Centro (Escola) - <b>31 KM dia</b>   | R\$ | R\$ |
| 20 | 24     | 17h15 | Centro x Nova Alemanha 1 e 2x centro – <b>15 km dia</b>   | R\$ | R\$ |
| 21 | 25     | 22h40 | Alto Feliz x Morro Belo x Morro das Batatas x Arroio Feliz x Alto Feliz – <b>25 km dia</b>  | R\$ | R\$ |



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO FELIZ

|    |    |       |   |     |     |
|----|----|-------|---|-----|-----|
| 22 | 26 | 22h40 | Alto Feliz (Escola Assunção) x Morro Gaúcho x Santo Antônio Alto x Santo Antônio Baixo x São Pedro x Alto Feliz - <b>32 km dia</b>  | R\$ | R\$ |
| 23 | 27 | 22h40 | Alto Feliz(Escola Assunção) x Vale do Mel x São Pedro (Rua Júlio de Castilhos até a divisa) x Santo Antônio x Morro Capim x Alto Feliz - <b>26,4 Km dia</b>   | R\$ | R\$ |
| 24 | 28 | 22h40 | Alto Feliz(Escola Assunção)x Nova Alemanha x Arroio Jaguar x Sete Colônias x Alto Feliz - <b>20 km dia</b>  | R\$ | R\$ |
| 25 | 29 |       | Veículo de passeio, com capacidade mínima de 5 (cinco) lugares, destinado ao atendimento de demandas administrativas da Secretaria, sem rota e horário fixos, com utilização estimada de <b>10 (dez) km dia</b> | R\$ | R\$ |
|    |    |       | Total   |     | R\$ |

Valor Total por extenso: \_\_\_\_\_

Validade da Proposta: 60 dias

Assinatura do Representante Legal da Empresa



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO FELIZ**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 162/2026**  
**EDITAL DE LICITAÇÃO - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE**  
**PREÇOS Nº 014/2026**

**ANEXO II**

**MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA**

**Proc. Nº 162/2026**

**Pregão Eletrônico – Registro de Preços: Nº 014/2026**

**DECLARAÇÃO CONJUNTA**

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_,  
por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a). \_\_\_\_\_,  
portador (a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_,  
DECLARA, para todos os fins e efeitos da Lei Federal nº  
14.133/2021, sob as penalidades cabíveis, responsabilizando-se pelo inteiro teor desta  
declaração, que:

- a)** Declaração que atende aos requisitos de habilitação, e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei
- b)** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- c)** suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas;
- d)** não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, atendendo ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Alto Feliz, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
**Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa**



Prefeitura Municipal de Alto Feliz  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 162/2026**  
**EDITAL DE LICITAÇÃO - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE**  
**PREÇOS Nº 014/2026**

**ANEXO III**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.**

**INTRODUÇÃO**

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá a necessidade abaixo especificada.

No presente estudo foi procedida à análise detalhada da necessidade e à identificação no mercado da melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

**DEFINIÇÃO DO OBJETO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

A contratação dos serviços de transporte escolar é fundamental para dar continuidade ao cumprimento das normas legais referentes à oferta de transporte público escolar, como programa suplementar de garantia do direito à educação. Além disso, o transporte escolar facilita o acesso e permanência dos estudantes nas escolas e contribui para o desenvolvimento da educação atendendo as necessidades de deslocamento dos alunos da rede municipal e estadual de ensino.

Os serviços serão prestados durante o ano letivo distribuídos de fevereiro a dezembro conforme a necessidade do Município de Alto Feliz.

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - SMECD, no sentido de viabilizar a presença do aluno na escola, necessita contratar serviço de Transporte Escolar para alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino, considerando que a SMECD não possui transporte suficiente para a cobertura da demanda dos serviços em todo o Município de Alto Feliz e que a paralisação e/ou a descontinuidade do Transporte Escolar resultará em consideráveis prejuízos a municipalidade, bem como, aos estudantes das escolas municipais e estaduais do município.

Devido aos riscos de ocorrer a ausência de um ou mais motoristas efetivos da Secretaria, pois, nesses casos, mesmo usando as linhas já licitadas e fazendo o remanejamento dos demais motoristas não supre a necessidade de todas as rotas do transporte escolar. Então, a terceirização dessas linhas supriria o transporte escolar, garantindo que o serviço seja oferecido a todos os estudantes.

Poderá, o Município, exigir que os veículos destinados à prestação dos serviços de transporte escolar estejam adaptados para o atendimento de estudantes cadeirantes, garantindo condições adequadas de acessibilidade, segurança e conforto.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

O valor estimado total da contratação conforme valor médio é de R\$ 1.242.792,15.

(Um milhão duzentos e quarenta e dois mil setecentos e noventa e dois reais e quinze centavos) conforme planilha anexa.



## Prefeitura Municipal de Alto Feliz

| Item | Linha | Horário: | Descrição do trajeto km/dia   | Un | km/dia | Total km/ano (205 dias letivos) | Orç. Roque R\$/km | Orç Luiz R\$/km | Orç. Nova Palmira | Média R\$/km | Média Total   |
|------|-------|----------|---|----|--------|---------------------------------|-------------------|-----------------|-------------------|--------------|---------------|
| 1.   | 1     | 6h15     | Alto Feliz x Morro Gaúcho (pela estrada São Pedro) x Santo Antônio x Morro Gaúcho x Arroio Alegre (pela estrada Morro Gaúcho) x Canto Schütz x Centro (Escolas).  | km | 32     | 6.560                           | 8,00              | 8,10            | 16,40             | 10,83        | R\$ 71.044,80 |
| 2.   | 2     | 6h15min  | Alto Feliz x Morro das Batatas (Granja Nienow) volta pela estrada principal x Rua João Freiburger x Arroio Feliz (manobrador Cristiano Flach) x Canto Dewes x Júlio de Castilhos x Centro (Escolas).  | km | 25     | 5.125                           | 8,00              | 8,10            | 9,30              | 8,46         | R\$ 43.357,50 |
| 3.   | 3     | 6h15min  | Alto Feliz x São Pedro até a divisa (pela estrada Júlio de Castilhos até a estrada de Sete Colônias) x Sete Colônias (pela estrada Sete Colônias) x Arroio Jaguar (pela estrada Arroio Jaguar, estrada Canto Canela e pela estrada da Igreja) x Cristiano Tempass x Centro (Escolas). | km | 34     | 6.970                           | 8,00              | 8,10            | 14,30             | 10,13        | R\$ 70.606,10 |
| 4.   | 4     | 6h15min  | Alto Feliz x Morro Capim (pela estrada Morro Capim) Santo Ant. Baixo (pela estrada Santo Ant. Baixo) x São Pedro (pela estrada Júlio de Castilhos) x Centro (Escolas).  | km | 28     | 5.740                           | 8,00              | 8,10            | 8,30              | 8,13         | R\$ 46.666,40 |



## Prefeitura Municipal de Alto Feliz

|    |        |          |  |    |      |         |      |      |       |       |               |
|----|--------|----------|--|----|------|---------|------|------|-------|-------|---------------|
| 5. | 5      | 6h30min  | Alto Feliz x Vale do Mel (Estrada Vale do Mel) x Rua Pedro Fetter x Morada da Montanha x Nova Alemanha 1 e 2 x Centro (Escolas)  | km | 16   | 3.280   | 8,00 | 8,10 | 15,00 | 10,36 | R\$ 33.980,80 |
| 6. | 6      | 7h       | Alto Feliz x Morro Belo (pela estrada Morro Belo) x Centro.  | km | 10,5 | 2.152,5 | 8,00 | 8,10 | 15,00 | 10,36 | R\$ 22.299,90 |
| 7. | 7      | 6h       | Localidade de Morro Gaúcho x Morro Gaúcho (Igreja) x Morro Gaúcho (interior)   | km | 18   | 3.690   | 8,00 | 7,90 | 10,30 | 8,73  | R\$ 32.213,70 |
| 8. | 9 e 14 | 11h30    | Alto Feliz x Morada da Montanha x Centro x Nova Alemanha x Centro x Morro Belo x Centro.   | km | 25   | 5.125   | 8,00 | 8,10 | 10,30 | 8,80  | R\$ 45.100,00 |
| 9. | 10     | 11h30min | Alto Feliz x São Pedro (pela estrada Júlio de Castilhos até a divisa) x Santo Antônio Alto (pela estrada Sto. Ant. Alto) x Morro Gaúcho x Canto Schütz (pela estrada Morro Gaúcho) x Centro (Escolas). | km | 35   | 7.175   | 8,00 | 8,10 | 16,40 | 10,83 | R\$ 77.705,00 |



## Prefeitura Municipal de Alto Feliz

|     |    |          |  |    |    |       |      |      |       |      |               |
|-----|----|----------|--|----|----|-------|------|------|-------|------|---------------|
| 10. | 12 | 11h30    | <b>Alto Feliz x Morro das Batatas (pela Rua João Freiberger e estrada Morro das Batatas e volta na estrada principal da Granja Nienov) x Arroio Feliz (pela estrada Júlio de Castilhos até o manobrador Cristiano Flach) x Canto Dewes x Júlio de Castilhos x Centro (Escolas).<br/>25km</b> | km | 25 | 5.125 | 8,00 | 8,10 | 9,30  | 8,46 | R\$ 43.357,50 |
| 11. | 13 | 11h30min | <b>Alto Feliz x Rua Gustavo Wheissheimer x Estrada Morro Gaúcho até a encruzilhada Vale do Mel x Morro Capim (Estrada Morro Capim) Santo Antônio Baixo x Vale do Mel x Centro.<br/>33km</b>  | km | 33 | 6.765 | 8,00 | 8,10 | 8,30  | 8,13 | R\$ 54.999,45 |
| 12. | 15 | 11h30min | <b>Alto Feliz x Cristiano Tempass x Arroio Jaguar (pela estrada Arroio Jaguar, Canto Canela e estrada da Igreja) x Sete Colônias (pela estrada Sete Colônias) x São Pedro (pela estrada Júlio de Castilhos) x Centro (Escolas).</b>  | Km | 32 | 6.560 | 8,00 | 8,10 | 10,30 | 8,80 | R\$57.728,00  |
| 13. | 16 | 12h      | <b>Interior do Morro Gaúcho x Santo Antônio Alto x Morro Capim.<br/>32 km</b>  | Km | 32 | 6.560 | 8,00 | 7,90 | 10,30 | 8,73 | R\$57.268,00  |
| 14. | 17 | 17h      | <b>Morro Capim x Santo Antônio x Morro Gaúcho (Igreja) x Interior de Morro Gaúcho.<br/>32km</b>  | km | 32 | 6.560 | 8,00 | 7,90 | 10,30 | 8,73 | R\$57.268,00  |



## Prefeitura Municipal de Alto Feliz

|            |    |          |   |    |    |       |      |      |       |       |               |
|------------|----|----------|---|----|----|-------|------|------|-------|-------|---------------|
| <b>15.</b> | 19 | 17h15min | <b>Alto Feliz x Escola Assunção x Gustavo Wheissheimer x Estrada Morro Gaúcho x Arthur Kayser x Julio de Castilhos x Morro Belo x Centro (Escola) x 14 km</b>   | km | 14 | 2.870 | 8,00 | 8,10 | 10,30 | 8,80  | R\$25.256,00  |
| <b>16.</b> | 20 | 17h15min | <b>Alto Feliz x Morro das Batatas (Granja Nienow) x volta pelo Morro das Batatas x Centro. Alto Feliz - Rua João Freiburger x Arroio Feliz x Canto Dewes x Rua Júlio de Castilhos ( até o manobrador Janir Boeni) x Centro. 25Km</b>                      | km | 25 | 5.125 | 8,00 | 8,10 | 9,30  | 8,46  | R\$43.357,50  |
| <b>17.</b> | 21 | 17h15min | <b>Alto Feliz x Fridolino Jotz x Arroio Jaguar (pela estrada Arroio Jaguar e estrada da Igreja, estrada Canto Canela) x Sete Colônias (pela estrada Sete Colônias) x São Pedro (pela estrada Julio de Castilhos até a divisa) x Centro (Escola). 34km</b> | km | 34 | 6.970 | 8,00 | 8,10 | 14,30 | 10,13 | R\$70.606,10  |
| <b>18.</b> | 22 | 17h15min | <b>Alto Feliz x Morro Capim (Estrada Morro Capim) Vale do Mel x Santo Antônio Baixo x Centro. 31km</b>  | km | 31 | 6.355 | 8,00 | 8,10 | 10,30 | 8,80  | R\$ 55.924,00 |
| <b>19.</b> | 23 | 17h15min | <b>Alto Feliz x São Pedro (pela estrada Júlio de Castilhos até a divisa) x Santo Antônio Alto (pela estrada Sant. Alto) x Morro Gaúcho (pela estrada Morro Gaúcho) x Canto Schütz x Centro (Escola). 31 KM</b>  | Km | 31 | 6.355 | 8,00 | 8,10 | 14,30 | 10,13 | R\$64.376,00  |

Assinado por 2 pessoas: DANIEL NIENOV e ROBERTO SCHNEIDER  
 Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://altdefeliz1.doc.com.br/verificacao/2E18-669B-B048-B447> e informe o código 2E18-669B-B048-B447





## Prefeitura Municipal de Alto Feliz

|     |    |          |  |    |      |        |      |      |       |       |               |
|-----|----|----------|--|----|------|--------|------|------|-------|-------|---------------|
| 20. | 24 | 17h15min | Centro x Nova Alemanha 1 e 2x centro<br>15km   | Km | 15   | 3.075  | 8,00 | 8,10 | 15,00 | 10,36 | R\$31.857,00  |
| 21. | 25 | 22h40min | Alto Feliz x Morro Belo x Morro das Batatas x Arroio Feliz x Alto Feliz  | km | 25   | 5.125  | 8,00 | 8,10 | 15,00 | 10,36 | R\$53.095,00  |
| 22. | 26 | 22h40min | Alto Feliz (Escola Assunção) x Morro Gaúcho x Santo Antônio Alto x Santo Antônio Baixo x São Pedro x Alto Feliz - 32 km                          | km | 32   | 6.560  | 8,00 | 8,10 | 10,30 | 8,80  | R\$ 57.728,00 |
| 23. | 27 | 22h40min | Alto Feliz(Escola Assunção) x Vale do Mel x São Pedro (Rua Júlio de Castilhos até a divisa) x Santo Antônio x Morro Capim x Alto Feliz - 26,4 Km | km | 26,4 | 5.412  | 8,00 | 8,10 | 10,30 | 8,80  | R\$ 47.625,60 |
| 24. | 28 | 22h40min | Alto Feliz(Escola Assunção)x Nova Alemanha x Arroio Jaguar x Sete Colônias x Alto Feliz - 20 km  | km | 20   | 4.100  | 8,00 | 8,10 | 16,00 | 10,70 | R\$ 43.870,00 |
| 25. | 29 |          | Veículo de passeio<br>5 lugares<br>10000 km  | km | -    | 10.000 | 3,50 | 3,60 | -     | 3,55  | R\$35.500,00  |

Total= R\$ 1.242.792,15 (Um milhão duzentos e quarenta e dois mil setecentos e noventa e dois reais e quinze centavos)

### FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico deste Termo de Referência e ETP.

O objeto da contratação está previsto no Plano Anual de Contratações do exercício de 2026, pois é de fundamental importância para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto

### REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os serviços têm natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A contratação será realizada por meio de Processo Licitatório, modalidade Pregão



## Prefeitura Municipal de Alto Feliz

Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço por item.

Os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título de habilitação, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021:

a) Declaração que a empresa, sendo declarada vencedora, apresentará no prazo de assinatura da Ata de Registro de Preços, os documentos relacionados no subitem 15.1.2, conforme previstos no subitem 15.1.3;

b) Planilha de custos, conforme modelo Anexo VI, deste edital;

c) Declaração que conhece o trajeto, conforme modelo Anexo VII deste edital.

D) Os itens 2, 6, 12, 15, 20, 24, 28 deverão ser atendidos por micro-ônibus, com capacidade mínima de 28 (vinte e oito) lugares e ano de fabricação igual ou posterior a 2002;

E) Os itens 4, 5, 7, 9, 13, 14, 16, 17, 19, 22, 25, 26, 27 deverão ser atendidos por van, com capacidade mínima de 16 (dezesesseis) lugares e ano de fabricação igual ou posterior a 2002.

F) Os itens 1, 10, deverão ser atendidos por ônibus, com capacidade mínima de 42 (quarenta e dois) lugares adaptados para cadeirantes e ano de fabricação igual ou posterior a 2002;

G) Os itens 3, 21, 23 por ônibus capacidade de 48 (quarenta e oito) lugares e ano de fabricação igual ou posterior a 2002;

H) O item 25 poderá ser utilizado por todas as Secretarias participantes do edital.

### HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;

b) cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

d) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### 5.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, se houver, e obrigatoriamente a Certidão de Inscrição Municipal ou Alvará Municipal de Localização, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS): Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Órgão da Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ou pelo site, dentro do prazo de validade;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual;

d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede da Licitante;

e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

### DECLARAÇÃO CONJUNTA

a) Declaração que atende aos requisitos de habilitação, e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei; **(Anexo II)**



## Prefeitura Municipal de Alto Feliz

b) Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; **(Anexo II)**

c) Declaração que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas; **(Anexo II)**

d) Declaração que não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, atendendo ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; **(Anexo II)**

### **HABILITAÇÃO ECÔNOMICA FINANCEIRA**

a) certidão **Negativa de Falência**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física/jurídica, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias.

### **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

a) Declaração que a empresa, sendo declarada vencedora, apresentará no prazo de assinatura da Ata de Registro de Preços, os documentos relacionados no subitem 15.1.2, conforme previstos no subitem 15.1.3;

b) Planilha de custos, conforme modelo Anexo VI, deste edital;

c) Declaração que conhece o trajeto, conforme modelo Anexo VII deste edital.

Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

d) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

e) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

### **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá convocar o representante do licitante contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis dentre outros.

A execução do contrato será acompanhada pelo Gestor e fiscalizada pelo Fiscal do Contrato, ou pelo seu substituto.



## Prefeitura Municipal de Alto Feliz

O Gestor será responsável pelo acompanhamento da execução do contrato e caberá a Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto Douglas Schneider. A função de Fiscal do Contrato será de responsabilidade do servidora Rochele Luiza Hahn Scherer e Michele Caroline Britzke.

O fiscal do contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no Termos de Referência e ETP.

O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato solicitará ao responsável para que proceda a notificação, informando os fatos que consistem na irregularidade, prazo para regularização, se for o caso, e medidas pretendidas.

O fiscal do contrato informará ao requisitante (secretário), em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao requisitante (secretário).

A Secretaria solicitante, comunicará ao setor de compras em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

O Setor de Compras verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, as garantias de execução do contrato por ocasião da celebração deste, e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário. As questões envolvendo empenho, pagamento, glosas e aplicação da garantia em decorrência do descumprimento contratual devem ter a iniciativa da Secretaria requisitante.

Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o Setor Solicitante atuará tempestivamente na solução do problema, contatando a empresa e solicitando informações ao setor jurídico.

O Setor de Compras coordenará o registro administrativo do contrato, inclusive quanto às alterações e prorrogações contratuais.

A Secretaria Municipal solicitante, emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado, bem como quanto a eventuais penalidades aplicadas e atendimento às obrigações contratuais para cadastro do atestado.

A solicitação de abertura do processo administrativo será requisitada pelo Secretário requisitante quando não atendidas as condições técnicas na execução contratual.

A Autoridade Superior tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções. Quando pertinente, solicitará que seja conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

Os serviços poderão ser recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) fiscal do contrato ou servidor designado para o recebimento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos ou corrigidos no prazo de 02 (dois) dias, contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Após a verificação da qualidade e quantidade do material entregue ou do serviço realizado, poderá ser dado o recebimento definitivo.

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, o pagamento será



## Prefeitura Municipal de Alto Feliz

efetuado em um prazo de até 10 (dez) dias úteis.

Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobre esta até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

### **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de Processo Licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

### **ESTIMATIVA DA QUANTIDADE E DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

A estimativa de quantidades baseia-se na demanda apresentada pela requisitante.

Estima-se para a contratação o valor total de de R\$ 1.242.792,15.

(Um milhão duzentos e quarenta e dois mil setecentos e noventa e dois reais e quinze centavos) conforme média obtida a partir de consulta a fornecedores, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, artigo 23, § 1º, IV.

### **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte escolar, visando assegurar o deslocamento diário e seguro dos alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino do Município de Alto Feliz, entre suas residências e respectivas unidades escolares, conforme rotas, horários definidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - SMECD.

A contratação se apresenta como solução eficiente para suprir a demanda existente considerando a insuficiência de frota própria do Município e os riscos de descontinuidade do serviço, especialmente em situações de afastamento de motoristas efetivos. Dessa forma, a terceirização do transporte escolar assegura a cobertura integral das rotas necessárias, evitando prejuízos ao calendário letivo e ao direito constitucional à educação.



## Prefeitura Municipal de Alto Feliz

### DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A ata de registro de preços terá vigência de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, mediante pesquisa atualizada de mercado.

Na hipótese de prorrogação, poderá ser admitida a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, desde que haja previsão no edital e sejam observadas as condições legais e de vantajosidade.

#### JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Considerando as características do objeto, a contratação foi parcelada por linhas (itens), correspondentes às rotas de transporte escolar, com o objetivo de ampliar a competitividade, possibilitar a participação de um maior número de licitantes e facilitar a execução contratual, nos termos do art. 47 da Lei nº 14.133/2021.

#### DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Os resultados da contratação pretendida são:

- Garantir o acesso e a permanência dos alunos na escola
- Assegurar a continuidade do transporte escolar durante todo período letivo.
- Evitar a interrupção do calendário escolar.
- Atender integralmente as rotas do transporte escolar do Município.

#### PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Trata-se de prestação de serviço rotineira ante a execução regular dos serviços públicos. Não foram observadas providências prévias a serem tomadas pela Administração Municipal em relação à contratação em questão.

#### CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Trata-se de contratação independente, cuja finalidade será atingida plenamente quando da conclusão do Processo de Licitatório na modalidade Pregão e do cumprimento das disposições contratuais.

#### IMPACTOS AMBIENTAIS

Não foram identificados possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação pretendidos.

#### VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação pretendida é indispensável para Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. Observa-se presença de empresas especializada no mercado, ante as diversas contratações de mesma natureza realizadas pela municipalidade, que podem ser habilitadas ao fornecimento de tal objeto.

Alto Feliz, 08 de abril de 2026.

Douglas Schneider, —

Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto.



Prefeitura Municipal de Alto Feliz  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 162/2026**  
**EDITAL DE LICITAÇÃO - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2026**

**ANEXO IV**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Aos ....., no **MUNICÍPIO DE ALTO FELIZ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº. 92.123.926/0001-92, com sede na Rua Eugênio Kuhn 300– Alto Feliz– RS, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o **Sr. Robes Schneider**, denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e **A EMPRESA**..... pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº..... , com sede na..... , cidade de ....., Estado de ....., neste ato representada pelo Sr (a)..... , CPF nº..... , estado civil, endereço, aqui denominada simplesmente **PRESTADOR REGISTRADO**, por este instrumento e na melhor forma de direito, tem entre si justo, resolvem na forma da Lei Federal nº. 14.133/2021 e alterações, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi examinada pelo Setor Jurídico do Município, que emitiu seu parecer, mediante as seguintes condições:

**1. DO OBJETO**

**1.1.** A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR (REDE MUNICIPAL E ESTADUAL) E TRANSPORTE ADMINISTRATIVO SOB DEMANDA**, conforme especificações constantes no edital e seus anexos, que passam a fazer parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais.

**2. DA VALIDADE E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS**

**2.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. No caso de prorrogação da vigência, as quantidades registradas poderão ser renovadas em sua totalidade, desde que comprovada a vantajosidade e mantidas as demais condições do edital e da ata.**

2.1.1. A renovação dos quantitativos prevista no item anterior fica condicionada a:

- a) *Comprovação da vantajosidade econômica através de pesquisa atualizada de mercado;*
- b) *Manifestação de interesse da Administração e aceite do fornecedor registrado;*
- c) *Existência de previsão de recursos orçamentários para o novo período;*
- d) *Assinatura do termo de prorrogação dentro do prazo de vigência da ata original.*

2.1.3. Transcorrido o prazo de 12 (doze) meses, caso a administração opte pela prorrogação da vigência da ata de registro de preços, o valor registrado poderá ser reajustado com base no índice IPCA ou por outro que vier a substituí-lo.

**2.2. Da Manutenção dos Preços e Revisão**

2.2.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso I do art. 124 da Lei nº 14.133/2021 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.2.2. Mesmo se comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea “d” do inciso I do



## Prefeitura Municipal de Alto Feliz

art. 124 da Lei nº 14.133/2021, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

2.2.3. Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

2.2.4. A revisão poderá ocorrer somente após 120 (cento e vinte) dias da formalização da presente ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível e superveniente que majore seus encargos.

### 2.3. Dos Procedimentos de Ajuste de Mercado

2.3.1. Quando o preço registrado tornar-se superior ao praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá convocar o fornecedor para negociação; frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso e os demais classificados serão convocados para igual oportunidade.

2.3.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso por motivos comprovados, o órgão poderá liberá-lo sem sanção (desde que antes da ordem de fornecimento) e convocar os demais licitantes.

2.3.3. Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e adotar medidas para nova contratação.

### 2.4. Das Condições Específicas de Revisão

2.4.1. A alteração do preço por revisão deverá ser proporcional à modificação dos encargos, comprovada por memória de cálculo.

2.4.2. Não se incluem na revisão eventos previsíveis ou variações inflacionárias comuns, que são tratadas por reajustamento (não admitido em vigências inferiores a um ano).

2.4.3. Não será concedida a revisão quando:

- a) Ausente a elevação de encargos;
- b) O evento ocorrer antes da proposta ou após a vigência da Ata;
- c) Ausente o nexo de causalidade;
- d) A parte interessada houver concorrido para a majoração de seus encargos.

2.4.4. A revisão será efetuada por aditamento contratual, precedida de análise pela Prefeitura Municipal de Alto Feliz, e não poderá exceder o preço de mercado.

## **3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a cada Secretaria responsável e observará o disposto na Lei nº 14.133/2021 e alterações.

## **4. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

4.1. Observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

4.2. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

4.3. Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua Compatibilidade com aqueles registrados na ata, promovendo as negociações necessárias ao ajustamento do preço, publicando trimestralmente os preços registrados.

4.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.



## Prefeitura Municipal de Alto Feliz

### 5. DAS OBRIGAÇÕES DO SIGNATÁRIO DA ATA

- 5.1.** Realizar os serviços, obedecendo rigorosamente ao disposto no Edital, realizando a os serviços de acordo com as regras do edital, especificamente o Termo de Referência, pelo prazo de vigência do Ata.
- 5.2.** Providenciar a imediata correção dos serviços apontados com alguma imperfeição pelo Município de Alto Feliz referente às condições firmadas na presente Ata.
- 5.3.** Viabilizar o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.
- 5.4.** Manter, durante o prazo de vigência da presente Ata, todas as condições de habilitação exigidas no Edital.

### 6. DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1.** Os preços da presente Ata são os constantes da tabela abaixo:

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

- 6.2.** Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados na imprensa oficial do município de Alto Feliz/RS e divulgados em meio eletrônico.
- 6.3.** A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.
- 6.4.** Em cada item, decorrente desta Ata, serão observadas as disposições da Lei 14.133/2021 e alterações, assim como as cláusulas e condições constantes do Edital que precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

### 6.5 – DADOS DO FORNECEDOR REGISTRADO:

|                      |  |
|----------------------|--|
| <b>Razão Social:</b> |  |
| <b>CNPJ</b>          |  |
| <b>Endereço</b>      |  |
| <b>E-mail</b>        |  |
| <b>telefone</b>      |  |

### 7. DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 7.1.** A critério do Município de Alto Feliz, obedecida a ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preços, será convocado para assinar a presente ata, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, estando as obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata.
- 7.2.** A Ata de Registro de Preços não obriga o Município a firmar a contratação, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, objeto desta licitação obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.
- 7.3.** O Município avaliará o mercado constantemente promovendo as negociações necessárias ao ajustamento do preço, publicando trimestralmente os preços registrados.
- 7.4.** Se o preço inicialmente registrado se tornar superior ao praticado no mercado, o Município negociará com o prestador sua redução, caso contrário, o signatário da ata poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro do seu preço, devendo anexar ao requerimento documentação comprobatória.
- 7.4.1.** Nessa hipótese, ocorrendo o cancelamento, o prestador ficará exonerado da aplicação



## Prefeitura Municipal de Alto Feliz

de penalidade.

7.4.2. Cancelados os registros, o Município poderá convocar os demais prestadores, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

7.4.3. Não havendo êxito nas negociações, o Município procederá à revogação da Ata de Registro de Preços.

7.5. O acompanhamento e a fiscalização da contratação, assim como o recebimento e a conferência dos serviços, serão de responsabilidade da secretaria, nos termos do item 19.

7.6. A **CONTRATADA** é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização do Contrato pelo **Município**, bem como permitir o acesso a informações consideradas necessárias.

7.7. O **Município** não se responsabilizará por contatos realizados com setores ou pessoas não autorizados, salvo nas hipóteses previstas, expressamente, nesta Ata/Termo de Referência.

7.8. O acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula não excluem nem reduzem a responsabilidade da **CONTRATADA** pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes da Contratação.

### 8. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

São condições gerais da contratação:

8.1. A contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o Município e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da Contratada designadas para a execução do objeto, sendo a Contratada a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

### 9. DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

9.1. A Contratada responderá por todo e qualquer dano provocado ao Município, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pelo Município, obrigando se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na licitação.

9.1.1. Para os efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pelo Município, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pela Contratada, de obrigações a ela atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, pagamentos ou ressarcimentos efetuados pelo Município a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

9.2 Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade da Contratada for apresentada ou chegar ao conhecimento do Município, este comunicará a Contratada por escrito para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, a qual ficará obrigada a entregar ao Município a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pela Contratada não a eximem das responsabilidades assumidas perante o Município, nos termos desta cláusula.

9.3 Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser



## Prefeitura Municipal de Alto Feliz

exigidas do Município, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pela Contratada, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento ao Município, mediante a adoção das seguintes providências:

- a) dedução de créditos da Contratada;
- b) execução da garantia prestada, se for o caso;
- c) medida judicial apropriada, a critério do Município.

### **10. DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

**10.1.** A Contratada deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura discriminando o valor dos serviços realizados, com base na **quantidade de quilômetros efetivamente percorridos**, conforme os trajetos executados no período e o preço por quilômetro apresentado em sua proposta..

**10.2.** O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

**10.3.** Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

**10.4.** Na fatura deverá constar o número da Ata.

**10.5.** O pagamento será realizado contra empenho, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento do objeto e mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente com recebimento firmado pela respectiva Secretária Municipal, que atestará a conformidade do valor com o valor o objeto executado pela Empresa, mediante depósito bancário na conta informada pela contratada.

**10.6.** A nota fiscal/fatura será emitida pela **Contratada** em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal, com destaque, quando exigíveis, das retenções tributárias e/ou previdenciárias.

**10.7.** Caso a Contratada não encaminhe a nota fiscal/fatura e demais documentos ao Município no prazo fixado, a data do pagamento poderá ser alterada na mesma proporção dos dias úteis de atraso.

**10.8.** O Município, identificando quaisquer divergências na nota fiscal/fatura, mormente no que tange a valores das peças fornecidas, deverá devolvê-la à Contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado para pagamento será contado somente a partir da reapresentação/substituição do documento, desde que devidamente sanado o vício.

**10.9.** Os pagamentos devidos pelo Município serão efetuados por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela Contratada.

**10.10.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da Contratada, seja relativa à execução do objeto, seja quanto à documentação exigida para a liberação dos pagamentos, sem que isto gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou interrupção na realização dos serviços.

**10.11.** Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da Contratada.

**10.12.** Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a Contratada dará ao Município plena, geral e irretratável quitação da remuneração referente aos serviços nela



## Prefeitura Municipal de Alto Feliz

discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

**10.13.** O pagamento ficará condicionado à comprovação de regularidade junto ao INSS (CND) e junto ao FGTS (CRS).

**10.14.** As despesas decorrentes da aquisição objeto da presente Ata serão usadas conforme pedido de notas.

### **11. DAS MULTAS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS**

**11.1.** Fica desde já ajustado que todo e qualquer valor que vier a ser imputado pelo Município à Contratada, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos termos do art. 586 do CPC. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida nesta Ata/Termo de Referência como de responsabilidade da Contratada e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pelo Município.

**11.2.** Para assegurar o cumprimento de obrigações definidas nesta Ata/Termo de Referência como de responsabilidade da Contratada, o Município poderá reter parcelas de pagamentos ou eventuais créditos de sua titularidade, mediante simples comunicação escrita à Contratada, bem como executar a garantia prestada ou interpor medida judicial cabível.

**11.3.** As multas e penalidades previstas nesta Ata não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime a Contratada da responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados ao Município por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

**11.4** – A inexecução total ou parcial do contrato implica em infrações previstas no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021 e alterações.

**11.5** - A adjudicatária ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

**11.5.1** Pelo **atraso injustificado na execução** do objeto desta licitação:

a) Multa de até 10% (dez por cento), sobre o valor total da proposta, e juros de 1% (um por cento) ao mês, pela permanência do atraso ou fração equivalente, incididos sobre o valor da multa

a.1) Após o 10º (décimo) dia, os materiais poderão, a critério da Administração, não mais serem aceitos, configurando-se a inexecução total do contrato, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e no contrato;

**11.5.2** Pela **inexecução parcial ou total do contrato**:

a) advertência;

b) Multa:

b.1) compensatória no percentual de até 10% (dez por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês, calculada sobre o valor total da contratação, pela recusa em assinar o contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

b.2) moratória no percentual correspondente a 1% (um por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês, calculada sobre o valor total da contratação, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 10 (dez) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

b.3) moratória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do serviço, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato.



## Prefeitura Municipal de Alto Feliz

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

**11.6** O atraso injustificado **durante a realização dos serviços ou a sua realização de forma incompleta, ou ainda em desconformidade com as condições avençadas**, acarretará a aplicação de multa de 0,5% (meio por cento), por dia e por ocorrência, sobre o valor total da contratação, limitada sua aplicação até o máximo de 05 (cinco) dias ou de 05 (cinco) ocorrências, o que ocorrer primeiro.

**11.7** Após configurada a aplicação 05 (cinco) penalidades estará configurada a inexecução parcial do contrato, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e no contrato.

**11.8** Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

**11.9** As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem 24,1 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**11.10** A sanção estabelecida na alínea “d” do subitem 24,1 é de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**11.11** - Nos termos da Lei 14.133/2021 e alterações, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito as sanções previstas na Lei 14.133/2021 e alterações.

**11.12** As multas deverão ser recolhidas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação enviada pelo (órgão ou entidade).

**11.13** O valor das multas poderá ser descontado da nota fiscal, da garantia ou do crédito existente na Prefeitura em relação à contratada. Caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

**11.14** As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado.

**11.15** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**11.16** Quando for constatada a ocorrência de qualquer descumprimento de obrigação contratual, mesmo que parcialmente, o servidor público responsável pelo atestado de recebimento de do objeto, parcial ou total, deverá emitir parecer técnico fundamentado e encaminhá-lo ao respectivo Ordenador de Despesas.

**11.17** O Ordenador de Despesa, ciente do parecer técnico, deverá fazer imediatamente, a devida notificação da ocorrência ao fornecedor, ao qual será facultada a defesa nos



## Prefeitura Municipal de Alto Feliz

termos da legislação vigente.

### **12. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

**12.1** - O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

**12.1.1** - Pela Administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

- a) Não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;
- b) Não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;
- d) incorrer em inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

**12.1.2** – Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.

**12.2** - O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.

**12.2.1** – O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima primeira deste instrumento.

**12.3** - Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.

**12.4** - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

**12.5** - A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

### **13. FISCALIZAÇÃO**

**13.1.** A Prefeitura, fiscalizará a execução dos serviços, solicitando à CONTRATADA, sempre que achar conveniente, informações do seu andamento.

**13.2.** No desempenho de suas atividades, é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

**13.3.** A ação ou omissão total ou parcial do órgão fiscalizador não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de executar o objeto com toda cautela e boa técnica.

**13.4.** Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle do cumprimento de cada uma das etapas da ata, em especial quanto à quantidade e qualidade dos serviços, fazendo cumprir a lei e as disposições do presente edital.

**13.5.** Verificada a ocorrência de irregularidade no cumprimento da ata, a fiscalização tomará as providências legais e contratuais cabíveis, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas na presente ata e na lei Federal n.º 14.133/2021 e alterações.

### **14. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR**

**14.1** Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou de não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir:

- a) greve geral;



## Prefeitura Municipal de Alto Feliz

- b) calamidade pública;
- c) interrupção dos meios de transporte;
- d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
- e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

14.2 Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pelo fornecedor.

14.3 Sempre que ocorrerem as situações elencadas, o fato deverá ser comunicado ao OP, em até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

### 15. DAS RESPONSABILIDADES

**15.1** A CONTRATADA responsabiliza-se integral e exclusivamente pelas despesas realizadas durante a vigência da Ata, assim como por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários decorrentes das relações que ajustar com empregados ou prepostos seus, eventualmente utilizados para auxiliar na prestação dos serviços em tela, ou decorrentes de danos por qualquer razão causados a terceiros, sem qualquer responsabilidade solidária do CONTRATANTE, aos quais desde logo, nesta, assegura o direito de regresso contra a CONTRATADA, em vindo a ser solidariamente responsabilizado.

### 16. DAS OBRIGAÇÕES

#### 16.1 DO CONTRATANTE:

- a) Pagar a CONTRATADA, na forma e valores estabelecidos neste contrato;
- b) fiscalizar o cumprimento do contrato.

#### 16.2 DA CONTRATADA:

a) Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos constantes no termo de referência, bem como nos termos da sua proposta.

b) Responsabilizar-se pela integralidade dos ônus, dos tributos, dos emolumentos, dos honorários e das despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos empregados que utilizar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.

c) Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).

d) Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

e) Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à **CONTRATADA** o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI) e quaisquer outros insumos necessários à prestação dos serviços.

f) Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários ao **CONTRATANTE** e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado.

g) Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, os serviços em que for verificado vício, defeito ou



## Prefeitura Municipal de Alto Feliz

incorreção resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado.

h) Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação, salvo expressa autorização do **CONTRATANTE**.

i) Cumprir rigorosamente os trajetos, horários e itinerários estabelecidos pelo Município, conforme definido no Termo de Referência.

j) Manter os veículos utilizados na prestação dos serviços em perfeitas condições de uso, conservação e segurança, atendendo à legislação de trânsito vigente.

k) Disponibilizar motoristas devidamente habilitados e capacitados, conforme exigências legais aplicáveis ao transporte escolar.

l) Substituir imediatamente veículos ou motoristas que não atendam às condições exigidas ou que apresentem irregularidades na execução dos serviços.

m) Responsabilizar-se pela segurança dos usuários durante a execução dos serviços.

### 17. DO FORO

17.1 Elegem as partes, independente de qualquer outro por mais privilegiado que for, o Foro da Comarca de Feliz/RS, para dirimir qualquer dúvida ou questão do presente contrato.

### 18. DAS CÓPIAS

18.1 Da presente Ata são extraídas as seguintes cópias:

- uma para o OG;
- uma para a empresa registrada;
- uma, em extrato, para publicação na Imprensa Oficial; e
- uma para o OP.

E, por assim haverem acordado, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas na presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pela Administração Municipal, representada pelo OG, abaixo assinado, e pelo(s) Sr.(s) \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, Carteira de Identidade \_\_\_\_\_, representando a(s) EMPRESA(S) REGISTRADA(S), tendo como testemunhas o \_\_\_\_\_ e o \_\_\_\_\_.

Local, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Órgão Gerenciador

\_\_\_\_\_  
Representante da Empresa

\_\_\_\_\_  
Testemunha

\_\_\_\_\_  
Testemunha

\_\_\_\_\_  
Assessor Jurídico



Prefeitura Municipal de Alto Feliz  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 162/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2026  
ANEXO V – PLANILHA DE CUSTOS

| MAPA DE CUSTOS           |     |              |     |              |
|--------------------------|-----|--------------|-----|--------------|
| ELEMENTOS DE CUSTO       | R\$ |              | %   |              |
|                          | VAN | MICRO-ÔNIBUS | VAN | MICRO-ÔNIBUS |
| CUSTO VARIÁVEL           |     |              |     |              |
| Combustíveis             |     |              |     |              |
| Lubrificantes            |     |              |     |              |
| Rodagem                  |     |              |     |              |
| Peças e Acessórios       |     |              |     |              |
|                          |     |              |     |              |
| CUSTO FIXO               |     |              |     |              |
| Pessoal e Encargos       |     |              |     |              |
| Despesas Administrativas |     |              |     |              |
| Outros                   |     |              |     |              |
|                          |     |              |     |              |
| CUSTO TOTAL              |     |              |     |              |
|                          |     |              |     |              |
| KM Percorrida            |     |              |     |              |
|                          |     |              |     |              |
| Custo p/ KM              |     |              |     |              |

LUCRO

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do representante legal



## Prefeitura Municipal de Alto Feliz

### PROCESSO LICITATÓRIO N° 162/2026

### PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS N° 014/2026

### ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE QUE CONHECE O TRAJETO

DADOS DA EMPRESA: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

Na qualidade de Responsável legal da empresa acima descrita, declaro ter vistoriado o trajeto a ser realizado no transporte, bem como concordar com a execução de forma global, observando todos os itens a serem executados, pelo valor a ser apresentado na proposta financeira.

Local e data

Assinatura



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 2E18-669B-B048-B447

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ DANIEL NIENOV (CPF 622.XXX.XXX-10) em 08/04/2026 16:19:19 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
  
- ✓ ROBES SCHNEIDER (CPF 603.XXX.XXX-72) em 08/04/2026 17:02:05 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://altofeliz.1doc.com.br/verificacao/2E18-669B-B048-B447>